



Vaga qualificada cresce em meio ao desemprego

Trabalhadores que concluíram universidade, porém, tiveram queda na renda

As vagas para trabalhadores que concluíram a universidade foram as únicas a crescer em 2016. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais, documento divulgado pelo Ministério do Trabalho, a alta foi de 1,5%.

O grupo ganhou quase 142 mil postos de trabalho, em contraste com a eliminação de 2 milhões de empregos formais no ano passado. Por outro lado, houve queda de 2,5% na renda dos profissionais mais qualificados.

Para especialistas, durante a crise é comum o empregador substituir funcionários com muitos anos de casa por outros mais novos. Os demitidos aceitam salários menores em novas empresas para voltar ao mercado.

Nos grupos menos escolarizados ocorreu o oposto. Houve perda de vagas, mas pessoas que têm até o ensino médio incompleto tiveram ganho de renda. Isso pode ser explicado pelo reajuste do salário mínimo. **Mercado A14**

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/10/2017

Com base de comparação alta, busca por estagiários cai

A alta temporada de busca por estagiários começou neste mês e seguirá até fevereiro. A demanda caiu 6,7% em relação ao ano passado, aponta o Ciee (Centro Integração Empresa e Escola). Não foi a economia que piorou: há uma explicação para a queda da demanda por esse tipo de mão de obra no momento em que o mercado de trabalho está mais aquecido, diz Marcelo Gallo, superintendente da entidade. Por razões contratuais, em 2016, tanto a Justiça como os governos do Estado e da cidade de São Paulo tiveram de trocar todos seus estagiários. Foram volumes muito grandes de estudantes, que serão trocados aos poucos. "Se nós compararmos com o ano retrasado, houve alta de 12%, o que está em linha com o desempenho dos últimos meses", diz ele. Neste ano, a demanda por estagiários tem crescido 15% ao mês em relação a 2016. Os valores que as empresas pagam como bolsa de aprendizado se manteve estável nos últimos três anos –varia entre R\$ 1.200 e R\$ 1.800, além de auxílio transporte e, de forma opcional, alimentação, segundo Gallo.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/10/2017

Mercado prevê inflação de 3,06% e nova queda da Selic

O mercado financeiro aumentou a projeção de inflação pela terceira vez seguida. A estimativa para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desta vez, passou de 3% para 3,06% este ano. A estimativa é do Boletim Focus, uma publicação divulgada pelo Banco Central toda segunda-feira. Para 2018, a estimativa para o IPCA permanece em 4,02%. As estimativas para os dois anos permanecem abaixo do centro da meta de 4,5%, que deve ser perseguida pelo BC.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 24/10/2017

Aneel avalia mudança de cálculo que pode deixar energia mais cara

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) avalia mudar a metodologia de cálculo da bandeira tarifária, sistema que implica em custos extras na conta de luz do consumidor quando termelétricas, mais caras, precisam ser acionadas para garantir a geração de energia. "Colocamos [a bandeira tarifária] em revisão com urgência urgentíssima", afirmou Tiago Correia, diretor da agência e relator do processo sobre o tema, em evento na OAB-RJ (Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro) na sexta-feira (20). A informação foi publicada no jornal "Valor Econômico". Segundo Correia, a conta da bandeira está deficitária em 2017, o que "gera um problema para o pagamento das próximas faturas." As bandeiras sinalizam para os consumidores o custo de operação do sistema. Se a condição é favorável, ela é verde, mas se a oferta de energia cai são acionadas as bandeiras amarela e vermelha, em primeiro ou segundo patamar, que geram cobranças adicionais. Regulamentadas em 2012, elas passaram a ser cobradas em 2015. A faixa vermelha foi desdobrada em dois patamares em fevereiro de 2016, mas o nível vermelho 2 foi acionado pela primeira vez em outubro deste ano, devido à baixa vazão das hidrelétricas com o tempo seco. Correia afirmou que a fórmula de cálculo da bandeira se tornou "muito volátil" à hidrologia. Hoje, a tarifa é calculada com base no CMO (Custo Marginal de Operação), divulgado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) e base para o cálculo do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), usado como referência pelo mercado de curto prazo.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 24/10/2017

Relatório final da CPI da Previdência afirma que deficit não existe

O relator da CPI da Previdência, o senador Hélio José (Pros-DF), apresentou nesta segunda-feira (23), o relatório final da comissão, que investigou as contas de seguro social do país. O texto declara que "tecnicamente, é possível afirmar com convicção que inexistente deficit da Previdência Social ou da Seguridade Social". A conclusão vai contra a constatação do TCU (Tribunal de Contas da União), que informou que o deficit previdenciário somou R\$ 226,9 bilhões em 2016. Esse valor considera o rombo do INSS e do regime dos servidores da União. Em vários trechos do relatório, o senador argumenta que as projeções sobre o tema apresentadas pelo governo não estão de acordo com a realidade e que elas foram construídas para justificar uma reforma que ele classificou como "drástica". "São absolutamente imprecisos, inconsistentes e alarmistas, os argumentos reunidos pelo governo federal sobre a contabilidade da Previdência Social", escreveu. A Secretaria de Previdência informou que "reafirma confiança nos dados que vêm sendo utilizados pelo governo, que são fiéis, fidedignos e têm metodologia longa, com reconhecimento do Tribunal de Contas da União (TCU)". Disse, ainda, que respeita o trabalho da CPI e que vai avaliar o relatório.

O relatório também sugere o aumento do teto dos benefícios da Previdência para mais de R\$ 9.370,00. O hoje é de R\$ 5.531,31. Para isso acontecer, é necessário alterar a Constituição. Uma emenda constitucional só pode ser feita com o apoio de 308 dos 513 deputados e de 49 dos 81 senadores. Antes disso, a comissão tem que aprovar o relatório do senador para que seja de fato apresentada a proposta. O colegiado tem até 6 de novembro para apreciar o texto. No relatório, Hélio José argumenta que o valor proposto corresponde a dez salários mínimos e que vai gerar o ingresso de recursos para a Previdência Social. Apesar de a elevação do teto poder aumentar, no curto prazo, o valor de contribuições previdenciárias, essa medida aumenta a despesa com o pagamento de benefícios no futuro. A sugestão de Hélio José ocorre no momento em que o governo planeja retomar a discussão da reforma da Previdência, apresentada no fim do ano passado pelo presidente Michel Temer. O texto do Executivo, que também altera a Constituição, muda as regras para obtenção de aposentadoria e pensões, além de benefício assistencial. A CPI da Previdência foi instalada em abril, durante o debate sobre as mudanças na Previdência propostas pelo governo. Desde o início das discussões sobre as denúncias contra Temer, contudo, a tramitação da reforma está parada na Câmara dos Deputados.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 24/10/2017